

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO IFES

ATA DA 8ª REUNIÃO DE 05 DE OUTUBRO DE 2012

Aos cinco do mês de outubro de dois mil e doze reuniu-se a Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do Ifes, às nove horas e trinta minutos, no auditório da Reitoria, sob a presidência do **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**, Thalmó de Paiva Coelho Junior, com a presença do **Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação**, Marcelo Lucas Pereira Machado, dos **Gestores de Pesquisa e Pós-Graduação** Anderson Mathias Holtz, André Gustavo de Sousa Galdino, André Romero da Silva, Arnaldo Henrique de Oliveira, Atanásio Alves do Amaral, Cezar Henrique Manzini Rodrigues, Clayton Perônico de Almeida, Dímisson Abreu Louzada, José Augusto Brunoro Costa, Luciléa Silva dos Reis, Maxwuel Eduardo Monteiro, Ronis Faria de Souza e Viviane Azambuja Favre-Nicolin, do **Diretor de Ensino de Educação a Distância** José Mário Costa Júnior (substituindo Yvina Pavan Baldo), dos **Coordenadores de Curso de Pós-Graduação lato sensu** Maria Alice Veiga Ferreira de Souza e Wanderson Romão, do **Coordenador de Curso de Pós-Graduação stricto sensu** Adonias Ribeiro Franco Junior, dos **Representantes de alunos dos Cursos de Pós-Graduação** João Paulo do Carmo e Maria Imaculada de Souza, dos **Técnicos em Assuntos Educacionais/Pedagógicos** Cybele Barbosa Brahim, Gustavo Henrique Araújo Forde, Luciane Ferreira Lacerda e Marileide Gonçalves França, dos **Líderes de Grupos de Pesquisa Certificados pelo Ifes** Estefano Aparecido Vieira, José Bohland Filho, Milson Lopes de Oliveira e Renato Tannure Rotta de Almeida e dos **Convidados** Fabiano Ricardo Brunele Caliman e Idomeneu Gomes de Souza Filho. Justificaram ausência os seguintes membros: Arlan da Silva Gonçalves, Carlos Roberto Pires Campos, Charles Moreto, Denise Coutinho Endringer, Edna dos Reis, Rony Cláudio de Oliveira Freitas e Sidnei Quezada Meireles Leite. A reunião teve a seguinte pauta: 1) Proposta de modificação da Resolução do Conselho Superior nº 53/2011 que estabelece normas para participação de docentes em regime de Dedicção Exclusiva em atividades esporádicas, remuneradas ou não; 2) Apresentação do parecer da comissão designada sobre o processo nº 23046.000258/2009-21 – Assunto: Carta-justificativa de não-conclusão de Programa de Doutorado dentro do prazo estipulado para afastamento; 3) Assuntos Gerais. Iniciando a reunião o Presidente da CPPG, Thalmó de Paiva Coelho Junior, saudou os membros presentes. Diante da falta de quórum, os membros aguardaram por mais 30 minutos. Dando início à reunião, Thalmó sugeriu que refletissem sobre a possibilidade de alteração do Regulamento da CPPG no que diz respeito ao quórum mínimo. Em seguida, Thalmó antecipou o ponto (2) para informar que a PRPPG solicitou à Diretoria do Campus Serra, em caráter de urgência, a devolução do processo nº 23046.000258/2009-21 contendo a documentação exigida, mas, devido ao atraso do retorno deste processo, a comissão designada não teve tempo hábil para elaborar o seu parecer. Desta forma, solicitou a retirada deste ponto de pauta da reunião e a sua transferência para a próxima reunião da CPPG. Logo após, Thalmó apresentou o ponto (1) que trata da proposta de modificação da Resolução do Conselho Superior nº 53/2011, que estabelece normas para participação de docentes em regime de Dedicção Exclusiva em atividades esporádicas,

remuneradas ou não. O presidente da CPPG ressaltou que a PRPPG traz este assunto como ponto de pauta com objetivo de discutir a legalidade das atividades complementares do corpo docente do Ifes. Também afirmou que existem dúvidas com relação à necessidade de se controlar a carga horária para a realização do projeto de pesquisa que envolvam parcerias, acordos de Cooperação Técnica e Acadêmica, colaboração recíproca e o intercâmbio científico e tecnológico entre o IFES e as Fundações de Apoio. Renato Tannure questionou se todos os projetos de pesquisa serão definidos como atividades esporádicas e se a participação do servidor, em atividades esporádicas, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a Fundação de Apoio credenciada, como também se a realização dessas atividades estará restrita à servidores da administração pública direta e se incluirá os docentes com dedicação exclusiva. Thalmó comentou que a concessão de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) está voltada para a valorização da produção científica de pesquisadores segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq. Em seguida, convidou o Prof. Milson para expor as suas sugestões. Este reiterou que é fundamental esclarecer o conceito de esporadicidade e definir se a realização de qualquer projeto de pesquisa será considerada uma atividade esporádica, para que os procedimentos sejam respaldados em base legal. Desta forma, propôs que fosse realizada uma consulta jurídica à Procuradoria, inclusive ao Tribunal de Contas, pois acredita que a função da CPPG é regulamentar e não compete a esta emitir parecer jurídico da área de direito administrativo que envolve financiamentos e parcerias com empresas privadas e Fundações de Apoio. Marcelo Lucas destacou que o entendimento da procuradoria é de que o recurso repassado de uma empresa privada para uma Fundação de Apoio do Ifes se torna um recurso público. André Romero afirmou que se torna necessário que a PRPPG dialogue com a PROEX com objetivo de definir se as atividades de inovação envolvem atividades de pesquisa. Renato Tannure questionou se a participação em programas de pós-graduação e extensão, externos e com tempo determinado, poderá ser considerada atividade esporádica. Thalmó destacou a importância do Ifes criar uma legislação que ampare as parcerias e os acordos do Ifes com empresas privadas e Fundações de Apoio a fim de que também seja possível otimizar a oferta não apenas de pós-graduações *stricto sensu* acadêmicas, mas também de mestrados e doutorados profissionais. Logo depois, foram apresentadas as propostas de alteração do Art. 2º. Os membros deliberaram pela exclusão do inciso II e sua substituição pela seguinte redação: “participação individual em cursos não promovidos pelo Ifes e outras atividades de prestação de serviços na sua área de conhecimento e atuação, a critério da Diretoria Geral do Campus, facultada a consulta ao Conselho de Gestão do Campus”. O §3º do Art. 3º passou a ter a seguinte redação: “Para julgamentos e decisões, a critério do Diretor Geral do Campus, é obrigatória a consulta à Coordenadoria respectiva ou órgão responsável no Campus, conforme deliberação interna do Campus”. Os membros também deliberaram que deverá constar no § 4º que “o controle do limite de horas já cumpridas do professor deverá ser feito pelo Diretor Geral do Campus ou órgão responsável pelo Campus, conforme deliberação interna do Campus”, e foi excluído o §5º. Em seguida, o Prof. Atanásio destacou que em uma Instrução da Auditora do Tribunal de Contas da União, sobre atividades esporádicas de docentes

em regimes de dedicação exclusiva da UFES, baseada no disposto no Decreto 94.664/1987, ressaltou-se que 'as atividades esporádicas e eventuais possuem delimitação de tempo, são tarefas específicas, por objetos certos e pré-determinados, a exemplo de palestras, pareceres, projetos, relatórios, artigos, livros, cursos de extensão promovidos pela própria universidade etc'. E, em seu parecer conclusivo, consta que 'um professor em regime de dedicação exclusiva não pode lecionar disciplina em outra instituição, uma vez que esse tipo de serviço não é considerado colaboração esporádica à luz da norma federal que cuida da matéria (...)' e que 'a norma federal não permite que a Universidade defina colaboração esporádica simplesmente por meio de limitação da carga horária'. Também foi destacada uma análise da minuta de Portaria do Ministério da Educação que dispõe sobre o regime de trabalho em dedicação exclusiva dos integrantes das carreiras de magistério das instituições federais de ensino, a fim de ressaltar que se entende por atividade esporádica 'aquela não periódica, de caráter raro ou eventual e de duração prevista, tendo início e término definidos', que 'não poderá prejudicar as atividades acadêmicas a que estiver sujeito o professor em regime de trabalho em dedicação exclusiva, nem ocupar mais do que um quinto da carga horária semanal do docente'. Os membros retomaram o Inciso I do Art. 2º da Resolução do CS nº 53/2011 em virtude deste fazer referência aos "serviços de pesquisa" por meio de convênios, contratos, acordos ou instrumento legal do Ifes com instituições públicas, instituições privadas e comunidade, ou que, de qualquer forma, direta ou indireta, envolvam a utilização no nome, das estruturas e dos recursos do Ifes. Ressaltou-se a necessidade de ser estabelecida uma diferenciação entre consultoria, prestação de serviços e atividades em caráter esporádico. Após ampla discussão, os membros deliberaram pela alteração do §2º do Art. 4º definindo que "estando o docente no exercício de suas funções no Ifes, a carga horária anual dedicada à prestação de serviços esporádicos não poderá ultrapassar a média de 8 (oito) horas semanais". Deliberaram pela exclusão do §2º do Art. 6º e pela modificação do §3º do Art. 6º que passou a ter a seguinte redação: "A utilização dos recursos oriundos desses convênios, contratos, acordos ou outro instrumento legal terá a seguinte distribuição: mínimo de 7% para a coordenadoria envolvida e mínimo de 3% para a Diretoria Geral do Campus". Posteriormente, Thalmó consultou aos membros se poderia encaminhar para o Reitor o processo contendo a proposta de alteração da Resolução CS nº 53/2011 a fim de que seja solicitado um parecer jurídico da Procuradoria do Ifes sobre as alterações propostas na presente reunião e sobre a inclusão de um artigo que contemple o fluxo de recursos para a execução de projetos de pesquisas. Sem objeções, os membros acataram a decisão. Em seguida, o Prof. Tannure sugeriu que fosse criado um fórum de gestão de pesquisa, pós-graduação e extensão dos Campi. Logo depois, Thalmó retomou o regulamento da CPPG, sugerindo que o quórum mínimo para a instalação da reunião fosse reduzido para 1/3 (um terço) dos seus membros ou que os membros se manifestassem sobre a modificação do §2º do Art. 8º. Após ampla discussão, os membros deliberaram pela permanência do quórum de 50% mais 1 (um), já previsto no Regulamento, e pelo controle sobre as frequências dos membros; de modo que perderão o mandato os membros que tiverem 3 (três) faltas, injustificadas, a contar a partir da data de publicação do Regulamento da CPPG, que consta no anexo da Portaria nº 1.464, de 14 de agosto de 2012, e que seja solicitada a indicação dos suplentes para evitar o desligamento da Câmara. Nada mais havendo, o

presidente da CPPG, Thalm de Paiva Coelho Junior, encerrou a reunião às 12h35min e agradeceu a presença dos membros presentes; e eu, Renata Venturim Bernardino, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação e assinada por todos os presentes. Vitória/ES, 05 de outubro de 2012.

ASSINATURA DOS MEMBROS PRESENTES

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Thalmo de Paiva Coelho Junior	
-------------------------------	--

Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

Marcelo Lucas Pereira Machado	
-------------------------------	--

Gestores de Pesquisa e Pós-Graduação

Anderson Mathias Holtz	
André Gustavo de Sousa Galdino	
André Romero da Silva	
Arnaldo Henrique de Oliveira	
Atanásio Alves do Amaral	
Cezar Henrique Manzini Rodrigues	
Clayton Perônico de Almeida	
Dímisson Abreu Louzada	
José Augusto Brunoro Costa	
Luciléa Silva dos Reis	
Maxwuel Eduardo Monteiro	
Ronis Faria de Souza	
Viviane Azambuja Favre-Nicolin	

Diretor ou Gerente de Ensino de Educação a Distância

José Mário Costa Júnior	
-------------------------	--

Coordenadores de Curso de Pós-Graduação *lato sensu*

Maria Alice Veiga Ferreira de Souza	
Wanderson Romão	

Coordenador de Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*

Adonias Ribeiro Franco Junior	
-------------------------------	--

Representantes de alunos dos Cursos de Pós-Graduação

João Paulo do Carmo	
Maria Imaculada de Souza	

Técnicos em Assuntos Educacionais / Pedagógicos

Cybele Barbosa Brahim	
Gustavo Henrique Araújo Forde	
Luciane Ferreira Lacerda	
Marileide Gonçalves França	

Líder de Grupo de Pesquisa certificado pelo IFES

Estefano Aparecido Vieira	
José Bohland Filho	
Milson Lopes de Oliveira	
Renato Tannure Rotta de Almeida	

CONVIDADOS

Fabiano Ricardo Brunele Caliman	
Idomeneu Gomes de Souza Filho	